

UM BREVE PANORAMA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SEGUNDO AS PNADS DE 2001 A 2006

Lauro Ramos*

Rosangela Cavaleri**

Carlos Henrique Corseuil*

INTRODUÇÃO

O objetivo desta nota é aproveitar a disponibilidade recente dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para o ano de 2006, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para apresentar um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro nos seis primeiros anos desta década (2001 a 2006). A análise complementa em dois sentidos a que se tem feito regularmente neste boletim:

a) ao cobrir um horizonte de tempo mais amplo, pretendemos mostrar eventuais transformações estruturais do mercado de trabalho, em vez daquelas de caráter conjuntural enfocadas neste boletim através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME); e

b) a Pnad nos permite cobrir todas as formas de inserção em todos os setores de atividade e em todo o território nacional. Essa combinação não está presente em nenhuma outra fonte de dados usada neste boletim.

Vale dizer que uma nota técnica com objetivo semelhante foi publicada em um número anterior (ver ÁVILA, 2006), quando os resultados da Pnad 2005 foram disponibilizados. Conforme mostraremos a seguir, alguns movimentos entre 2005 e 2006 representam uma importante mudança de trajetória, ou permitem que se alcance um patamar de destaque nesta década. Tais fatores motivaram a publicação de uma nota mais atual. Para evitar repetições, não mencionaremos, ou o faremos apenas brevemente, aquelas tendências que não são alteradas pelo resultado de 2006.

O PANORAMA

O nível de ocupação vem apresentando clara tendência de aumento. A fim de balizar essa tendência com o crescimento populacional, apresentamos no gráfico 1 uma comparação das taxas de crescimento da população em idade ativa (PIA) com as taxas de crescimento do nível de ocupação. Note-se que, com exceção de 2003, em todos os demais anos no período analisado o crescimento da ocupação supera o da PIA. Esse fato nos permite dizer que a geração de postos de trabalho entre 2001 e 2006 foi mais do que suficiente para absorver o crescimento populacional.

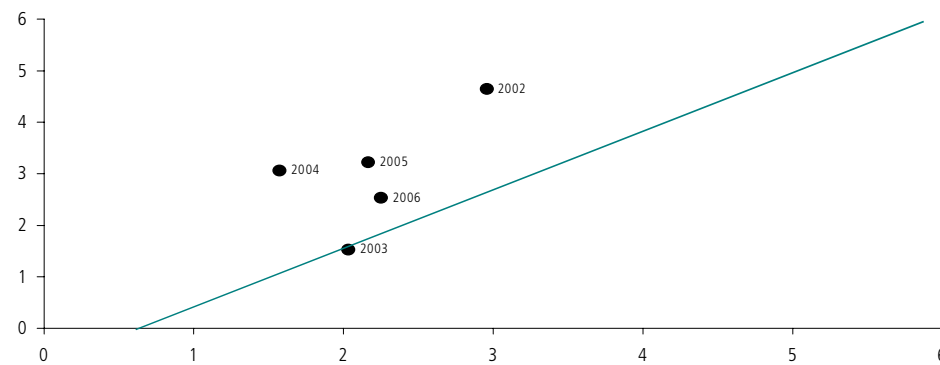
* Pesquisador do Ipea.

** Bolsista do PNPE.

GRÁFICO 1

Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA

(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.

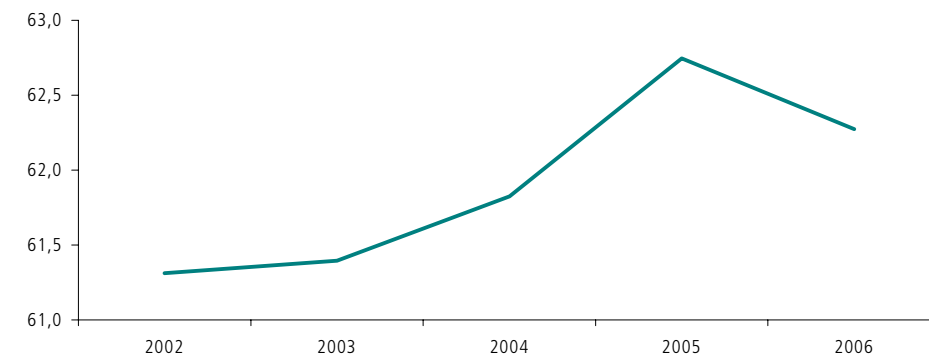
Nota: Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Essa expansão da ocupação a taxas superiores à da PIA necessariamente implica uma retração no desemprego ou no grupo de indivíduos em idade ativa fora da força de trabalho (os quais chamaremos de inativos). Os gráficos 2 e 3 mostram, portanto, a evolução da taxa de atividade e de desemprego, respectivamente.

GRÁFICO 2

Taxa de atividade

(Em %)



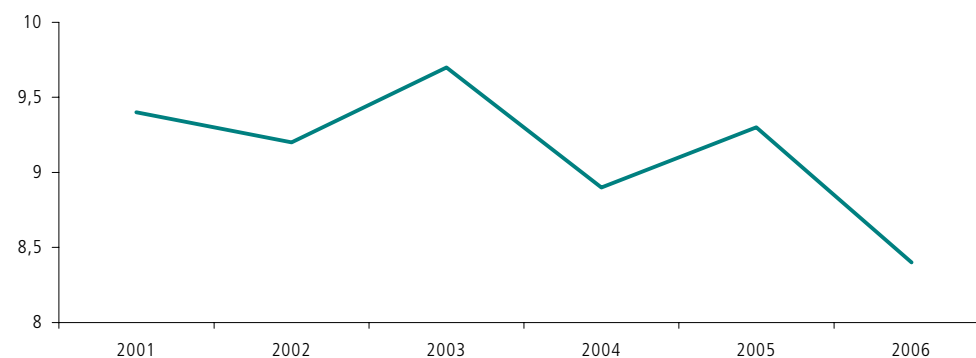
Fonte: IBGE/Pnad.

Nota: Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

GRÁFICO 3

Taxa de desemprego

(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.

Nota: Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Podemos dizer que há dois regimes no que diz respeito à contrapartida associada a cada um desses grupos para o aumento da ocupação. Até 2005 há um contínuo e significativo aumento na taxa de atividade, enquanto o desemprego oscila em torno de uma média de 9,5%, sem tendência clara de queda ou aumento. Logo nesse primeiro subperíodo parece que a contrapartida do aumento do nível de ocupação vem por meio da diminuição da participação dos inativos.

Já em 2006 há indícios de uma inversão desse padrão, com a taxa de desemprego caindo de forma substancial, acompanhada de queda na taxa de atividade. Vale dizer que o nível da taxa de desemprego registrado em 2006 (8,4%) é o menor da década.¹ Além disso, essa queda no último ano, além de expressiva, atingiu tanto homens quanto mulheres em todas as regiões do Brasil (com exceção das mulheres na região Sul).

Outro indicador que registra sua melhor marca em 2006 é o rendimento real médio.² Sua dinâmica, ilustrada no gráfico 4, difere daquela comentada para a ocupação. O rendimento inicia o período com uma trajetória de queda e termina numa trajetória de ascensão, já iniciada em 2005, de tal forma que atinge em 2006 um valor muito próximo daquele registrado em 2001.

Apesar de a média dos rendimentos não ter apresentado um resultado favorável para o período como um todo, a distribuição desses rendimentos, por sua vez, indica uma melhora no bem-estar dos trabalhadores. Esse fato pode ser verificado na tabela a seguir, onde mostramos que a desigualdade de rendimento caiu significativamente entre 2001 e 2006,³ sendo acompanhada de uma queda na fração de ocupados com baixos rendimentos.

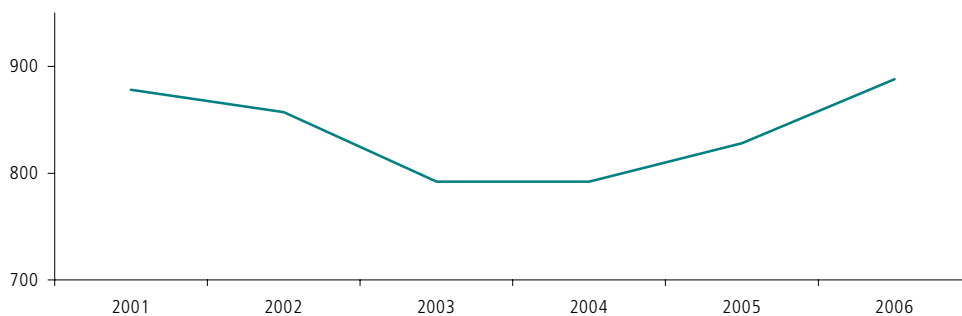
Distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos

Indicadores da distribuição	2001	2005	2006
Índice de Theil	0,784	0,734	0,726
Coefficiente de Gini	0,615	0,593	0,588
% com rendimento até R\$ 170	22,5	21,9	20,1

GRÁFICO 4

Rendimento médio mensal de todos os trabalhos

(Em R\$ de setembro de 2006)



Fonte: IBGE/Pnad.

Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

1. Vale destacar que essa constatação é válida mesmo quando se atenta para o fato de que a partir de 2004 a área rural da região Norte foi incluída na pesquisa (a taxa "corrigida" seria de 8,5%).

2. Nesse gráfico usamos a média do rendimento de todos os trabalhos, e não apenas do trabalho principal.

3. Tanto o índice de Gini como o índice de Theil medem a desigualdade.

Por fim, vale comentar como evoluiu a estrutura ocupacional entre empregos formais e ocupações informais. De acordo com o gráfico 5, temos mais um indício de melhora contínua e significativa para os trabalhadores, uma vez que os empregos com carteira assinada vêm aumentando continuamente sua participação em detrimento das ocupações informais,⁴ mantendo o padrão anteriormente destacado em Ávila (2007).⁵

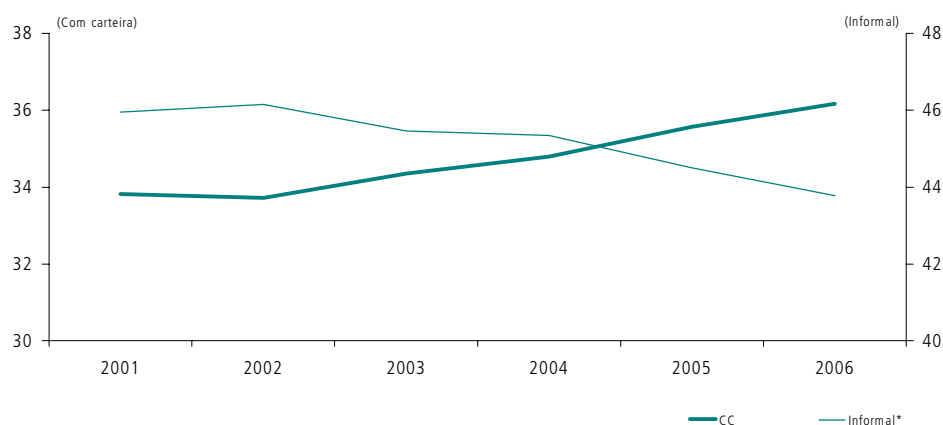
CONCLUSÃO

O mercado de trabalho brasileiro vem apresentando entre 2001 e 2006 um padrão consistente de melhora no seu desempenho, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Vale salientar que alguns desses aspectos, em particular o desemprego e o grau de formalização das ocupações, haviam se deteriorado consideravelmente na segunda metade dos anos 1990.⁶ Logo, ao colocarmos os números mais recentes numa perspectiva histórica ligeiramente mais longa, podemos perceber que essa melhora recente nos permite sair de uma situação extremamente desfavorável, mas ainda não torna possível afirmar que chegamos a patamares satisfatórios.

GRÁFICO 5

Percentual das ocupações informais e dos empregos com carteira assinada

(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.

Nota: Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M. Avaliação geral dos resultados da Pnad de 2005. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 31, Rio de Janeiro: Ipea, out. de 2006.

RAMOS, L. A. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão, n. 1.255).

4. Essas participações se referem à população ocupada remunerada. Agrupamos em informais as ocupações por conta própria e os empregos sem carteira assinada.

5. Outros resultados em conformidade com a nota citada são: a) a crescente participação dos mais educados (11 anos ou mais de estudo) entre os ocupados em detrimento do grupo menos educado (menos de 4 anos de estudo); b) a crescente participação dos indivíduos com mais de 50 anos de idade em detrimento daqueles com menos de 25 anos de idade.

6. Para uma análise cobrindo esse horizonte temporal, ver Ramos (2007).